

EDITAL 2º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO PROGRAMA DE ESTÁGIO FORENSE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU

O **CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU** torna público que estarão abertas as inscrições para o 2º Exame de Seleção de Candidatos ao Programa de Estágio Forense da Procuradoria Geral do Município de Nova Iguaçu, criado pela Resolução PGM nº 11, de 20 de abril de 2018, alterada pela Resolução PGM nº 14 de 19 de julho de 2018.

O Exame de Seleção será realizado na cidade de Nova Iguaçu, no dia **15 de março de 2020**, de **08 às 12 horas**, na **UNIVERSIDADE IGUAÇU – UNIG**, localizada na **Av. Abílio Augusto Távora, 2134** - Dom Rodrigo, Nova Iguaçu - RJ.

I – CANDIDATOS: Poderão inscrever-se estudantes do Curso de Direito que estejam cursando, no ato da inscrição, até o 9º período letivo, para o regime de períodos semestrais, ou até o penúltimo semestre, para o regime seriado anual. Serão admitidos no Programa de Estágio Forense da PGM-NI os candidatos que no momento da convocação estejam cursando, no mínimo, o **5º período letivo** ou o terceiro ano do curso de Bacharelado em Direito.

II – PERÍODO DE INSCRIÇÃO: A efetivação das inscrições poderá ser realizada do dia **13 de fevereiro até dia 09 de março de 2020**, mediante apresentação do formulário de inscrição e do comprovante de depósito do valor relativo à taxa de inscrição.

III – LOCAL:

III.1 – Os pedidos de inscrição serão recebidos na sede da PGM-NI localizada à Rua Athaíde Pimenta de Moraes, 335, CEP 26.210-190, Centro, Nova Iguaçu, de segunda a sexta feira, das 10hs às 17hs, devendo o candidato estar munido de documento oficial de identidade.

III.2 – O pedido de inscrição por procurador deverá ser instruído com o respectivo mandato, dispensado o reconhecimento de firma (Código Civil, art. 654).

IV – INSCRIÇÃO:

IV.1 – Ao requerer a inscrição, deverá o candidato:

a) preencher ficha de inscrição, seguindo modelo estabelecido pela Procuradoria Geral do Município, disponível no site <http://dstec.info/estagiopgm/>;

b) apresentar comprovante de depósito do pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 30,00 (trinta reais) em conta bancária indicada no formulário de inscrição.

IV.2 – Tendo em vista a necessidade de tempo hábil para a apreciação da documentação pertinente pela PGM-NI, caso o candidato pretenda obter isenção do pagamento da taxa de inscrição deverá, pessoalmente ou por procurador, apresentar requerimento no Protocolo da PGM, situado no térreo da Rua Athaíde Pimenta de Moraes, 335, CEP 26.210-190, Centro, Nova Iguaçu, do **dia 17 de fevereiro até 28 de fevereiro de 2020.**

IV.3 – O requerimento de isenção, cujo modelo estará disponível a todos os candidatos no site <http://www.novaiguacu.rj.gov.br/pgm/>, será dirigido ao Presidente da Comissão de Seleção e incluirá a qualificação completa do requerente e os fundamentos do pedido de isenção, contendo, em anexo: a) cópia da Ficha de Inscrição no Exame de Seleção devidamente preenchida; b) declaração de hipossuficiência; c) cópia do comprovante de residência; d) cópia de comprovante de renda do requerente ou de quem este dependa economicamente; e) declaração de dependência econômica firmada por quem provê o sustento do requerente (quando for o caso); f) outros documentos eventualmente necessários à comprovação da alegada hipossuficiência de recursos ou cópia do comprovante de inscrição do candidato no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

IV.3.1 – Para obter a isenção do pagamento da taxa de inscrição, o candidato deve possuir renda familiar no valor máximo de 4 (quatro) salários mínimos.

IV.3.2 – Para a comprovação da renda familiar, deverão ser apresentadas cópias dos seguintes documentos dos membros da família:

a) no caso de empregados de empresas privadas: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – páginas que contenham fotografia, identificação e anotações do último contrato de trabalho (com as alterações salariais), e da primeira página subsequente em branco;

b) no caso de servidores públicos: cópia de contracheque atual;

c) no caso de autônomos: declaração de próprio punho dos rendimentos correspondentes a contratos de prestação de serviço e/ou recibo de pagamento a autônomo (RPA);

d) no caso de desempregados: declaração de que está desempregado, não exerce atividade como autônomo, não participa de sociedade profissional e que a sua situação econômica não lhe permite arcar com o valor da inscrição, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, respondendo civil e criminalmente pelo inteiro teor das afirmativas; cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – páginas que contenham fotografia, identificação e anotações do último contrato de trabalho, com correspondente data de saída, e da primeira página subsequente em branco;

e) no caso de servidor público, exonerado ou demitido: cópia do ato correspondente e sua publicação no órgão oficial, além dos documentos constantes da alínea anterior.

IV.3.3 – Caso não seja deferido o pedido de isenção, o candidato deverá proceder ao pagamento da taxa de inscrição no prazo fixado neste edital.

IV.4 – Ficam reservadas às pessoas portadoras de deficiência, 10% (dez por cento) do número de convocados.

IV.4.1 – O candidato beneficiário da cota prevista neste artigo deverá declarar tal condição no formulário de inscrição, sendo vedada qualquer solicitação do candidato após a conclusão da inscrição.

IV.4.2 – A inscrição, em relação às pessoas portadoras de deficiência, ficará condicionada à possibilidade de realização da prova em circunstâncias que não importem quebra de sigilo, com a identificação do candidato, ou não ensejem seu favorecimento, devendo ainda o candidato especificar a necessidade especial no formulário de inscrição.

IV.4.2.1 – A Comissão de Seleção poderá, antes de deliberar sobre qualquer pedido de inscrição das pessoas portadoras de deficiência, solicitar a prévia inspeção médica oficial, a qual também poderá ocorrer antes da admissão no programa.

IV.5 – O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência da Administração Pública.

V -VAGAS:

V.1 – À medida que surgirem vagas na Procuradoria Geral do Município e observado o prazo de 24 meses da publicação do resultado final do certame, poderão ser convocados a estagiar, por ordem de classificação, todos os candidatos aprovados, de acordo com a disponibilidade de vagas para o Estágio Forense, considerando os percentuais destinados aos candidatos portadores de deficiência.

VI – PROVAS:

VI.1 – O Exame de Seleção consistirá em Prova Objetiva, de múltipla escolha, eliminatória, contendo 50 (cinquenta) questões, valendo 2 (dois) pontos cada uma, sobre as matérias integrantes do programa anexo ao presente edital, assim distribuídas:

- a) Direito Constitucional: 20 questões
- b) Direito Administrativo: 15 questões
- c) Direito Processual Civil: 15 questões

VI.2 – A prova será realizada na cidade de Nova Iguaçu, em um único dia, em data e locais a serem oportunamente designados pelo Presidente da Comissão de Seleção e devidamente divulgados, mediante publicação no Diário Oficial e disponibilização no site da PGM-NI.

VI.3 – A NOTA FINAL do candidato será a soma aritmética dos pontos atribuídos a cada uma das três disciplinas.

VI.4 – Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos.

VI.5 -O candidato que não comparecer ao local da prova será automaticamente eliminado do processo seletivo.

VI.6 – Não será permitida a interferência ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato portador de deficiência, se a deficiência impossibilitar a realização da prova pelo próprio candidato. Nesse caso, o candidato será acompanhado por servidor municipal devidamente treinado.

VI.7 – Não será permitida qualquer modalidade de consulta, tais como a legislação, livros, impressos ou anotações.

VI.8 – Será excluído do certame, por ato do Presidente da Comissão de Seleção, o candidato que, durante a realização da prova:

a) for surpreendido em comunicação verbal, escrita ou por qualquer outra forma, com outro candidato ou pessoa estranha;

b) utilizar-se de qualquer forma de consulta, como anotações, livros ou impressos;

c) utilizar-se de sinais ou de quaisquer outros meios que quebrem o sigilo da prova ou possibilitem sua identificação;

d) utilizar-se de qualquer meio de comunicação externa;

e) deixar de entregar o cartão-resposta.

VI.9 – O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial e divulgado no site da PGM-NI, cabendo recurso nos dois dias úteis subsequentes à publicação.

VI.10 – As notas dos candidatos, bem como a relação dos candidatos aprovados, com a respectiva classificação, serão publicadas no Diário Oficial e divulgadas no site da PGM-NI. Do resultado final será admitido recurso à Comissão de Seleção, nos dois dias úteis subsequentes à publicação, visando exclusivamente à correção de erro material.

VI.11 – A Comissão de Seleção decidirá soberanamente sobre os recursos, publicando-se esta decisão no Diário Oficial.

VII – ADMISSÃO:

VII.1 – Serão admitidos a estagiar os candidatos aprovados no Exame de Seleção e que estejam matriculados a partir do 5º período do Curso de Direito ou nos últimos 3 (três) anos, para o regime seriado anual do curso de Bacharel em Faculdades de Direito, oficiais ou reconhecidas, sediadas no Estado do Rio de Janeiro.

VII.2 – No ato de admissão, os candidatos devem apresentar declaração da Faculdade em que se ateste a matrícula a partir do 5º período do Curso de Direito ou nos últimos 3 (três)

anos, para o regime seriado anual do curso de Bacharelado em Faculdades de Direito, oficiais ou reconhecidas, sediadas no Estado do Rio de Janeiro.

VII.3 – Serão convocados, por ordem de classificação, tantos candidatos aprovados no 2º Exame de Seleção quantos sejam necessários para atender às necessidades da PGM-NI, de acordo com o quantitativo de vagas para o Programa de Estágio Forense, considerando os percentuais destinados aos candidatos beneficiários das cotas.

VII.3.1- Em caso de empate na nota final do concurso, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

- a) Tiver idade igual ou superior a 60 anos, até o último dia de inscrição neste concurso, conforme artigo 27, parágrafo único, da Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);
- b) Obter a maior nota na prova objetiva de Direito Administrativo;
- c) Obter a maior nota na prova objetiva de Direito Constitucional;
- d) Obter a maior nota na prova objetiva de Direito Processual Civil;
- e) Possuir maior idade.

VII.4 – À medida que ocorram novas vagas, os demais candidatos aprovados poderão ser convocados para preenchê-las.

VII.5 – Os estagiários prestam compromisso de comparecer a todos os eventos organizados, patrocinados e indicados pelo Centro de Estudos Jurídicos da PGM..

VIII – BOLSA-AUXÍLIO: Os estagiários farão jus ao recebimento de bolsa-auxílio no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais), além de auxílio-transporte.

IX – CARGA HORÁRIA: A carga horária será de 4 (quatro) horas diárias, de acordo com o expediente da Procuradoria Geral do Município.

X - Os candidatos aprovados e convocados deverão observar todas as diretrizes do Programa de Estágio Forense da PGM-NI, fixadas na Resolução PGM nº 11 de 20 de abril de 2018, alterada pela Resolução PGM nº 14 de 19 de julho de 2018.

XI – Banca examinadora – Presidente: Procurador-Geral Rafael Alves de Oliveira; Procurador Chefe do CEJUR Oscar Bittencourt Neto; Procurador Coordenador Cível Stefano Viana Bousquet.

Rafael Alves de Oliveira

Procurador Geral do Município

Oscar Bittencourt

Procurador-Chefe do Centro de Estudos Jurídicos

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1- TEORIA GERAL DO ESTADO: Conceito e natureza do Estado. Elementos constitutivos do Estado.
- 2- PODER CONSTITUINTE: Natureza e titularidade do Poder Constituinte. Exercício do Poder Constituinte. Poder Reformador: limites formais e materiais. Mutação constitucional. Poder Decorrente: natureza, titularidade, limites, princípio da simetria. Direito Constitucional intertemporal.
- 3- CONSTITUIÇÃO: Conceito e classificações das constituições. Supremacia constitucional.
- 4- HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL: Princípios e regras. Princípios específicos de interpretação constitucional.
- 5- CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE: Vias de defesa e de ação. Órgãos encarregados do controle de constitucionalidade. Espécies de controle. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade.
- 6- FORMAS DE ESTADO: Estado unitário e estado federal. Características. Componentes da federação brasileira. Soberania e autonomia.
- 7- REPARTIÇÕES DE COMPETÊNCIAS: União, Estados-Membros, Municípios e Distrito Federal. Espécies de competência na Constituição brasileira.
- 8- TRIPARTIÇÃO DE PODERES NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA: Poder, função e órgãos. Funções e fins do Estado. As três funções estatais. Funções típicas e atípicas.
- 9- PODER LEGISLATIVO: Processo Legislativo. Espécies normativas. Regime constitucional dos parlamentares.
- 10- PODER EXECUTIVO: Atribuições. Responsabilidade. Ministros de Estado. Legalidade e Poder Regulamentar.
- 11- PODER JUDICIÁRIO: Organização Judiciária nacional. Garantias institucionais e dos Magistrados. Súmula vinculante.
- 12- FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA: Ministério Público. Defensoria Pública. Procuradoria do Estado. Advocacia.
- 13- SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL: Conceito de tributo. Classificação. Repartição de competência. Princípios.
- 14- SISTEMA ORÇAMENTÁRIO: O Orçamento. O orçamento plurianual de investimento. O orçamento-programa.

15- DA NACIONALIDADE E DOS DIREITOS POLÍTICOS: Critérios para atribuição da nacionalidade. Cidadania. Aquisição, suspensão e perda dos direitos políticos.

16-DOS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS: Da declaração e seus fundamentos. Os direitos individuais como limitação ao poder do Estado. Princípio da isonomia. Princípio da legalidade. Irretroatividade da lei. Liberdades públicas.

17- REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS: Mandado de Segurança individual e coletivo. Ação Civil Pública. Ação Popular. Mandado de Injunção. Habeas Data.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1- ESTRUTURA ADMINISTRATIVA: conceito, elementos e poderes do Estado. Organização do Estado e da Administração, entidades políticas e administrativas. Órgãos públicos.

2- PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS: legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência.

3- AGENTES PÚBLICOS: conceito, espécies, classificação, forma de ingresso, regime jurídico, estabilidade, efetividade e contratação temporária. Sindicância e Processo administrativo disciplinar. Lei Municipal n.º 2.378/91.

4- ATIVIDADE ADMINISTRATIVA: conceito, natureza e fins, princípios básicos, poderes e deveres do administrador público, o uso e o abuso do poder. Improbidade Administrativa.

5- ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA: Autarquias. Fundações Públicas. Empresas Públicas. Sociedades de Economia Mista. Terceiro Setor.

6- PODERES ADMINISTRATIVOS: Poder vinculado, poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia.

7- ATOS ADMINISTRATIVOS: conceito, requisitos, atributos, classificação, espécies, invalidação.

8- CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: conceito, características, invalidação. Cláusulas exorbitantes.

9 - LICITAÇÃO: conceito, natureza, finalidade. Lei Federal n.º 8.666/93.

10- PROCESSO ADMINISTRATIVO: princípios, recursos, preclusão administrativa, decadência. Processo disciplinar.

11- RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO: responsabilidade objetiva, reparação do dano.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 1- **DIREITO PROCESSUAL:** Conceito, natureza, posição enciclopédia, divisão. Fontes do Direito Processual. Lei processual civil: eficácia, aplicação e interpretação. Direito Processual intertemporal.
- 2- **NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO.** Princípios Gerais do direito processual. O acesso ao Direito e à Justiça. Constitucionalização do processo. Garantias fundamentais do processo.
- 3- **JURISDIÇÃO:** Função jurisdicional. Conceito. Princípios. Distinção das outras funções do Estado. Estrutura judiciária nacional. Organização da Justiça Estadual. Meios alternativos de solução dos conflitos: conciliação, mediação, negociação e arbitragem.
- 4- **COMPETÊNCIA:** Conceito. Espécies. Critérios determinadores. Competência internacional e interna. Competência originária e recursal dos Tribunais (locais e superiores). Competência absoluta e relativa. Modificações. Meios de declaração de incompetência. Conflitos de competência e de atribuições. Perpetuação da jurisdição.
- 5- **AÇÃO:** Conceito. Natureza jurídica. Classificações. Tutela jurisdicional. Condições da ação. Elementos da demanda. Concurso e cumulação de ações.
- 6- **PROCESSO:** Noções gerais. Relação jurídica processual. Pressupostos processuais. Processo e procedimento. Espécies de processos e de procedimentos. Objeto do processo. Mérito. Questão principal. Questões prévias, preliminares e prejudiciais.
- 7- **SUJEITOS PROCESSUAIS:** Juiz. Princípios. Poderes. Deveres. Responsabilidade. Impedimentos e suspeição. Partes. Deveres e responsabilidades. Capacidade e legitimação. Representação, substituição e sucessão processual. Ministério Público. Advocacia Pública. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros.
- 8- **ATOS PROCESSUAIS:** Conceito. Classificações. Fatos jurídicos processuais. Atos das partes. Atos do Juiz. Prazos. Preclusão. Nulidades.
- 9- **NOÇÕES GERAIS DO PROCEDIMENTO COMUM:** Petição inicial. Indeferimento da petição inicial. Improcedência liminar do pedido. Audiência de conciliação ou mediação. Resposta do réu. Revelia. Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Audiência de instrução e julgamento. Provas. Sentença e coisa julgada.
- 10- **TEORIA GERAL DOS RECURSOS.** Princípios. Efeitos. Classificação. Espécies. Admissibilidade e mérito. Disposições gerais. Precedentes e casos repetitivos. Força vinculante da jurisprudência. Súmula Vinculante.